



MIGUEL ALBUQUERQUE

RUP não podem ser vistas como um “dano colateral”

Proposta apresentada pela Comissão Europeia é, para Miguel Albuquerque, “uma violação do próprio Tratado de Funcionamento da União Europeia”.

Por Carla Sousa
carlasousa@jm-madeira.pt

O presidente do Governo Regional da Madeira considera que a proposta apresentada pela Comissão Europeia vai contra o que está previsto no artigo 359.º do Estatuto das Regiões Ultraperiféricas, pelo que, do “ponto de vista político ou jurídico”, propõe “uma violação do próprio Tratado de Funcionamento da União Europeia”.

Miguel Albuquerque teceu estas considerações, ontem, no Fórum de Alto Nível das Regiões Ultraperiféricas da UE, em Bruxelas, num encontro que teve por base a discussão da referida proposta, que do ponto de vista da Região “até é inaceitável” para a “salvaguarda dos interesses da Comissão”.

“No fundo, o que esta proposta significava e significa ainda na sua versão original é dizer: ‘Olha, as RUP são um dano colateral que nós vamos aceitar e em nome, nem sei de quê’, disse, observando que “os montantes de fundos para as RUP,

no quadro do orçamento europeu, são residuais, não significam nada”.

Para Albuquerque, a proposta também “vai contra outro princípio fundamental da Constituição Europeia, que é o princípio da solidariedade”, uma vez que “a própria política regional não pode ser feita sem a participação das regiões”.

“O que é que esta proposta diz? Bem, nós vamos renacionalizar os fundos, vamos concentrá-los, vamos dar o nome qualquer, vamos embrulhar um pacote numa coisa, e passam a ser os Estados nacionais a decidir quais os fundos, como, e onde se aplicam”, explicou, sublinhando que “as regiões e os eleitos das regiões deixam de ter qualquer participação”.

Neste Fórum, o chefe do Executivo madeirense destacou também a importância das altas instâncias ouvirem as reivindicações e anseios das regiões antes de qualquer tomada de decisão.

“Eu acho que este Fórum é muito importante, e é muito importante e parte de uma visão política que é contrária à arrogância

tecnocrática. Esta visão política de ouvir e auscultar os principais agentes políticos destinatários das decisões da Comissão” é, para o presidente do Governo Regional, um retomar da “tradição política que se impõe, que é a necessidade de as decisões que são tomadas, fundamentais para o futuro das regiões europeias, terem a auscultação das regiões”, ressaltou Miguel Albuquerque.

Tendo em conta que a nova agenda europeia tem como prioridade a segurança, a defesa e a competitividade, o chefe do Executivo madeirense recorda que a “política de coesão está enfraquecida e a política regional está fragilizada”. Por isso, em Bruxelas, deixa um alerta: “Não podemos dissociar a defesa da Europa, nem a agenda da reindustrialização ou tomada de competitividade da União Europeia, sem termos uma política de defesa, porque uma sociedade ou um espaço público fragmentado e desigual é fraco no seu interior, portanto nunca será uma potência e nunca poderá ser uma potência”.

FOTO DR